

## O DIFÍCIL PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA DEMOCRACIA POLÍTICA AFRICANA

DETOUBAB NDIAYE<sup>1</sup>

**RESUMO:** O início dos anos 1990 marca a entrada da África numa nova onda de transição democrática. Este processo conduziu à adoção de quase todos os países africanos, com novas constituições que consagram uma democracia da qual o reconhecimento do pluralismo, uma oposição política bem como a proclamação de direitos e liberdades que são os traços fundamentais. Este renascimento democrático é marcado igualmente pela construção progressiva do Estado de Direito e a organização de eleições disputadas que culminam sobre uma alternância em vários países. Progressos significativos foram realizados certamente por vários países africanos, mas também surgem obstáculos. Eleições mal preparadas ou manipuladas são algumas causas sobre violências que bloqueiam o processo democrático e o diálogo entre os atores políticos. Para se manter no poder, certos chefes de Estado alteram a Constituição ou instrumentalizam certas instituições (nomeadamente a Assembleia parlamentar), colocando assim em causa o princípio da separação dos poderes. Do mesmo modo, a persistência dos conflitos armados e a ressurgência dos golpes de Estado em certos países minam a transição democrática.

*Palavras-chave:* África. Democracia. Democratização. Eleição. Transição.

**Resume:** Le début des années 1990 a marqué l'entrée en Afrique dans une nouvelle vague de transition démocratique. Ce processus a abouti à l'adoption par presque tous les pays africains, de nouvelles constitutions consacrant une démocratie dans laquelle la reconnaissance du pluralisme, une opposition politique et la proclamation des droits et libertés qui sont des traits fondamentaux. Cette renaissance démocratique est également marquée par la construction progressive de l'Etat de droit et l'organisation des élections disputées qui aboutissent sur une alternance dans plusieurs pays. Des progrès significatifs ont été certainement réalisés par plusieurs pays africains, mais aussi des obstacles se sont surgis. Des élections mal préparées ou manipulées sont quelques causes de la violence qui bloquent le processus démocratique et le dialogue entre les acteurs politiques. Pour rester au pouvoir, certains chefs d'Etat modifient la Constitution ou instrumentalisent certaines institutions (y compris l'Assemblée parlementaire), mettant ainsi en cause le principe de la séparation des pouvoirs. De même, la persistance des conflits armés et de la résurgence des coups d'Etat dans certains pays compromettent la transition démocratique.

**Mots-Clés:** Afrique. Démocratie. Démocratisation. Élection. Transition.

No fim dos anos 1980 e no início de 1990, os debates sobre a democratização na África eram dominados pela controvérsia sobre a influência respectiva dos fatores externos e

---

<sup>1</sup> Professor do Dep. de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus II; Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço eletrônico: ndiayedetoubab@hotmail.com.

internos no desencadeamento deste fenômeno histórico. Se neste período inicial, os numerosos observadores parecessem prestar mais atenção à queda do Muro de Berlim e o discurso da conferência de La Baule (França), do então presidente François Mitterrand, como fatores determinantes da democratização, análises mais pontiagudas das realidades africanas já mostravam o caráter, sobretudo endógeno das mudanças que se desenhavam. Os fatores externos citados foram detonadores do processo. A reivindicação democrática, tal como foi ilustrada pelo pluralismo político e identitário atual, mergulha as suas raízes no fracasso do Partido único como instrumento de construção do Estado-Nação que tivesse sido o projeto político das coalizões de liberação anticolonial. Quase por toda à parte, nos países libertados do colonialismo, o partido único ou dito dominante conduziu ao mimetismo ideológico, ao culto da personalidade do “*père de la nation*” (pai da nação) ou do ditador militar e através de consequência, à sufocação das ideias políticas, à opressão das identidades consideradas minoritárias no espaço público “nacional”.

No lugar que a tentativa de construção da nação apóia-se sobre uma estratégia dinâmica e solidária das sensibilidades políticas e as identidades sociais e culturais, antes se comprometeu numa via jacobina (imprópria) que a prazo, segregou e alimentou tensões cada vez mais vivas que terminaram por destruir pelo projeto político de construção de uma nação homogênea. Além disso, a queda desenfreada dos preços das matérias-primas a partir de meado dos anos 60 e que baixou o otimismo que nasceu da conferência dos não alinhados de Bandung em 1955 na Indonésia, acrescentada ao peso da dívida externa, conduziu à degradação do clima econômico, provocando de repente a erosão das bases do projeto político nacional. Apesar de curtos períodos de prosperidade gerada nomeadamente pelo crescimento efêmero de certos países favorecidos por aumentos periódicos de algumas matérias primas (café, cacau, amendoim, fosfato, urânio), os anos 60-70 foram um período de crise no momento decisivo mais dramático à aplicação dos planos de estabilização a partir dos anos 80 (ajustamento estrutural).

Sem dúvida, o balanço completo das consequências dos programas de ajustamento estrutural permaneceu por fazer. Mas os estudos mais relevantes atribuem-se a mostrar que não conduziram em nenhuma parte a uma prosperidade econômica sustentada e, ainda menos, lançaram as bases de um desenvolvimento sustentável econômico e a estabilidade política e social. A estratégia da redução da pobreza que se tornou nesses últimos anos a nova via obrigada para países que tinham conhecido mais de duas décadas de ajustamento, é a prova da

exacerbação da crise Africana. O crítico dinâmico para a democratização, como Richard Joseph sublinha no seu livro, envolve a "dominação da economia mundial pelo mercado e orientada para economias, a hegemonia do geoestratégico ocidental das nações industrializadas direta ou indireta de pressões externas para a democratização" (RICHARD, 1997, p. 373).

A reivindicação democrática assim foi impulsionada, sobretudo por um vasto movimento de resistência dos atores dos diferentes setores das sociedades africanas perante a degradação das suas condições de existência sob os efeitos acumulados do fracasso do projeto nacional e dos programas de ajustamento. Por outras palavras, a democratização como processos, reflete um complexo reivindicativo extremamente contraditório. Baseia-se na rejeição do autoritarismo dos regimes "nacionalistas" procedentes à descolonização, mas ao mesmo tempo, exprime a revolta contra os efeitos econômicos e sociais das políticas liberais levadas a efeito pelo ajustamento estrutural. O declínio das produções agrícola e industrial induzidas pela globalização liberal, o crescimento do desemprego, a redução dos orçamentos sociais, o peso da dívida externa desestruturara as formações sociais a uma velocidade ainda maior que as calamidades naturais (seca, desertificação) tornavam ainda mais a vida precária nos campos.

O balanço atual da dinâmica democrática na África do Oeste é contrastivo. No fim de duas décadas, o balanço da democratização continua ainda muito a ser contrastado. A quase totalidade dos países da região ocidental da África oferece numerosos sinais de instabilidade política duradoura. Alguns estão presos a conflitos ainda sem fim (Costa de Marfim, Guiné-Bissau); outros com o apoio da comunidade internacional procuram com muitas dificuldades, o caminho da paz civil (Libéria - Serra Leoa); outros ainda conhecem sobressaltos que confirmam as múltiplas sequelas dos períodos de exceção. Mesmo o Senegal que conheceu uma evolução relativamente estável com uma alternância democrática pacífica, mostra em alguns tempos, indicadores de uma instabilidade cujo futuro revelará todas as dimensões. Para qualquer declaração, a África do Oeste vive um período de transição democrática particularmente conturbada.

Nos países devastados pelos conflitos armados, o processo democrático encontra-se desabilitado por vários fatores que condicionarão sem dúvida por muito tempo ainda a evolução global da sociedade. A cristalização das identidades étnicas e/ou regionais que os conflitos geraram, desnaturou o caráter da competição política entre os atores. A competição

entre estes, que devia desenrolar-se em redor de projetos de sociedade fundados sobre a inclusão dos diversos segmentos da comunidade nacional, reduz-se um combate para a exclusão do outro. O desastre econômico provocado pela guerra, a desestruturação do tecido social devido às deslocações forçadas sem contar a violência generalizada, favoreceu mais ainda as tendências à exclusão mútua dos atores.

No tal contexto de desconfiança sistemático, a ideia do debate democrático pode apenas tornar-se uma astúcia. Portanto, não é pessimista avançar que países como a Libéria, a Serra Leoa, a Guiné Bissau, a Costa do Marfim, ficarão por muito tempo a virar de maneira definitiva as páginas traumáticas graves das quais foram vítimas. É dizer que o ritmo da democratização conhecerá indubitavelmente um passo bastante lento. O que se chama a exceção senegalesa embora frequentemente elogiada como exemplo de progresso democrático estável, contudo conheceu episódios de retrocessos. Com efeito, a alternância realizada de 19 de março de 2000 e em 25 de março em 2012, abriu um novo período de tensões persistentes entre atores políticos. O que demonstra de maneira eloquente que os acervos (ganhos) democráticos permanecem sempre uma obra incompleta. Num contexto onde a pobreza estende-se, a democracia política encontra-se ameaçada permanentemente. Além dos conflitos e a pobreza, um terceiro fator desfavorável ao processo democrático, decorre dos líderes políticos.

### **Para uma compreensão da política atual**

A independência das colônias francesas e inglesas do continente, que já despontava no horizonte na década de 50, viria a tornar-se, na década seguinte, numa realidade galopante, pela "força irresistível do natural e da vida", que tinha nos principais líderes africanos, formados na França e na Inglaterra, os grandes agentes da "reafricanização", pela retomada do fio da história interrompida e não raro fracionada pelo colonizador desde que, na Conferência de Berlim, em 1885, com régua e esquadro, demarcou fronteiras e dividiu povos de acordo com os interesses mercantis da ocupação colonial.

Não ignorando que os interesses das principais potências coloniais (Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Portugal), ainda que sob novas formas, continuariam a basear-se nas "divisões para reinar" (De Gaulle chegou a dizer aos franceses que a França ganhava mais com os países africanos independentes do que quando eram colônias), a primeira preocupação

dos líderes dos novos países foi assegurar a unidade política dos seus povos, já que refazer as integridades etno-culturais (com os seus suportes clânicos, linguísticos e territoriais) desencadearia um processo de desestabilização econômica e social que tornaria os países ingovernáveis. Mas, para entender, vamos voltar ao tempo quase no fim da década de 40. Em 1945, durante o V Congresso, em Manchester, George Padmore, natural de Trinidad e Tobago, conseguiu aprovar um manifesto que proclamava, com orgulho: “*Resolvemos ser livres... Povos colonizados e subjugados do mundo, uni-vos*”. Foi sob sua proteção que a tocha do pan-africanismo militante passou à geração dos futuros líderes da África independente: Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Sellasié (Etiópia), Namdi Azikiwe (Nigéria), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia) e Kwame Nkrumah (Gana).

A partir do VI e VII Congressos Pan-africanos, nas cidades ganenses de Kumasi (1953) e Acra (1958), o desafio da descolonização e o confronto entre Leste e Oeste abalariam o cenário político e diplomático, dando origem a duas formas de pan-africanismo. Trata-se, em primeiro lugar, de um pan-africanismo “maximalista”, estratégia de recomposição da geopolítica criada pela Conferência de Berlim (1884-1885). A Conferência oficializou a balcanização do continente em um mosaico de zonas de influências europeias. O objetivo último era a fundação dos Estados Unidos da África, que poderiam fazer do continente negro um ator no cenário mundial: a unidade econômica, política e militar da África seria a principal condição para vencer esse desafio, avaliava o líder Kwame Nkrumah, de Gana, que lançou a palavra de ordem “A África deve se unir” (NKRUMAH, 1994). Em janeiro de 1961, o “grupo de Casablanca” (Gana, Egito, Marrocos, Tunísia, Etiópia, Líbia, Sudão, Guiné-Conacri, Mali e o Governo Provisório da República da Argélia) se aliaria a Nkrumah.

Era o tempo dos grandes líderes marxistas que aspiravam à implantação de modelos socialistas na organização dos Estados africanos (comunistas, como Nkrumah e Touré, e socialistas, como Senghor e Nyéréré), com recorrências do Pan-africanismo projetado da América, no início do século, por negros ou mestiços como Blyden, Du Bois e Marcus Garvey, que idealizavam um retorno do Negro à África, terra mãe (Marcus Garvey chegou a constituir uma empresa marítima para transportar negros americanos para a Libéria) e a criação de um Império Africano. Mas se uma divisa como “Negros de todo o mundo, uni-vos!”, em evocação da União Soviética como país feito de diversas nações, valia como uma

proposta de unidade africana. A tentativa de uma confederação do Senegal e da então República Sudanesa (Confederação do Mali), criada em abril de 1959, terminaria logo no outono do ano seguinte, por divergências políticas e pessoais entre os respectivos dirigentes que são Léopold Senghor e Modibo Keita - como se abortara a tentativa de união Egito-Síria, no tempo de Nasser, e se esboroaram os "blocos" de Casablanca, Brazzaville e Monróvia, pensados para constituírem "frentes" contra as investidas do neocolonialismo... Mas que se opunham entre si. Nkrumah tinha cedo admitido às dificuldades na harmonização das diferenças regionais:

Alguns de nós são muçulmanos, outros cristãos; muitos adoram deuses tradicionais, que variam de tribo para tribo. Uns falam francês, outros inglês, outros português, além dos milhões que apenas conhecem uma língua africana das centenas que existem. Diferenciámo-nos culturalmente, o que afeta a nossa maneira de ver as coisas e condiciona o nosso desenvolvimento político (NKRUMAH, 1994, p.59).

Mas perseverava na construção da unidade africana, numa África de pátrias solidárias (De Gaulle defenderia uma "Europa das pátrias" em vez de uns "Estados Unidos da Europa"), como uma necessidade vital do continente contra o imperialismo dos países mais desenvolvidos e poderosos. Qualquer que viesse a ser a forma dessa "unidade", a percepção da sua importância, como barreira contra os neo-colonialismos que se perspectivavam através das antigas potências coloniais e como afirmação da "personalidade africana" rediviva, era geralmente reconhecida, com entusiasmo, em todo o continente. O escritor-diplomata brasileiro, António Olindo, que no início da década de 60 trabalhou em alguns países africanos recém-independentes, registrava esse entusiasmo no seu livro publicado em 1964, na primeira edição, *Brasileiros na África*:

Nos meus primeiros tempos de África, em Dacar, Freetown, Acra, Porto Novo (Daomé) e Lagos, os jovens negros de Abidjã, lendo sob os postes, eram o signo de uma verdade nova no mundo, de um modo diferente de fazer democracia e buscar o socialismo, de formas ainda não muito conhecidas de reestruturar as bases da administração pública, no esforço de "africanização" que, em maior ou menor grau, ocorre em qualquer parte do continente negro. Que as Áfricas são muitas, mas todas caminham para uma unidade (OLINTO, 1964, p. 89).

### **Choque entre grupos de Casablanca e de Monróvia**

Esse desafio iria chocar-se com duas situações de vulnerabilidade que os presidentes Kwame Nkrumah (Gana) e Gamal Abdel Nasser (Egito) tinham minimizado ou ignorado.

Primeiro, o peso das antigas potências coloniais: embora debilitadas pela II Guerra Mundial, submetidas à nova liderança americano-soviética e obrigadas pela ONU a acatar a descolonização, ainda detinham grande capacidade de penetração, colocando obstáculos ao processo. Qualquer projeto de unificação do continente africano chocava-se frontalmente com seus interesses vitais (recursos minerais e energéticos, clientelismo e redes comerciais).

Em segundo lugar, Kwame Nkrumah e o grupo de Casablanca ingenuamente tinham como certo o apoio esperado do campo progressista (União Soviética e China Popular), assim como dos Estados Unidos, paladinos da liberdade individual e do direito à autodeterminação. Porém, o apoio do campo progressista limitou-se a ser quase exclusivamente verbal e o de Washington foi para as potências coloniais aliadas, em nome de um princípio de “contenção” que se destinava, antes de tudo, a deter a expansão comunista no mundo. A outra corrente foi a de um pan-africanismo minimalista, que gerou a Organização da Unidade Africana (OUA). Essa estratégia baseava-se no direito inalienável de cada país a ter uma existência independente. Sua palavra de ordem era “as fronteiras herdadas da colonização são intocáveis” e seu princípio, o do respeito à soberania e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Essa estratégia foi assumida pelo “grupo de Monróvia” (Libéria), fundado em maio de 1961 e dominado pelas figuras paternas dos presidentes da Costa do Marfim, Félix Houphouët Boigny, e do Senegal, Léopold Sédar Senghor.

A Organização da Unidade Africana, criada em 1963 em Addis Abeba, ratificaria essa divisão. Isso explica porque o balanço da OUA é totalmente negativo em relação aos objetivos previstos, principalmente o Artigo 2 da Carta de fundação: o reforço da solidariedade entre os Estados e da coordenação de suas políticas, que levou ao fracasso do Plano de Lagos (1980) e da Comunidade Econômica Africana (1991) (WILLY, 1996), Nkrumah e o “grupo de Casablanca” ingenuamente tinham como certo o apoio esperado do campo progressista – URSS e China – e dos Estados Unidos; e a defesa da soberania, da integridade territorial e da independência dos países membros, desmentida pela incapacidade em resolver os conflitos da Libéria, da Somália, de Serra Leoa, de Ruanda, de Burundi e da República Democrática do Congo. Além disso, o não pagamento das cotas pela maioria dos Estados membros (50 milhões de dólares de contribuições atrasadas em 2001) tirou da OUA a sua principal fonte de financiamento, obrigando-a a pedir ajuda externa. A função de tribuna foi o único trunfo que permitiu à organização a mobilização da comunidade internacional pela

erradicação do colonialismo e o apoio aos movimentos de libertação, através das Nações Unidas e do movimento dos países não alinhados.

### **Uma equação de várias incógnitas**

Foi com a esperança de remediar essas insuficiências que a União Africana foi criada para substituir a OUA, em julho de 2001, com o surgimento de outras instituições. Mas a nova União – que realizou sua primeira reunião de cúpula na África do Sul – deve preencher certas condições se quiser responder à globalização segundo suas características e desenvolvimento próprios, como estipula a Carta constituinte da União (Preâmbulo, alínea 6). É verdade que a etapa de ratificação da Carta constituinte foi superada sem problemas. Entretanto, a corrida de obstáculos apenas começou. E isso porque, apesar dos objetivos e dos órgãos anunciados, a natureza da União Africana ainda é uma equação de várias incógnitas. Na realidade, trinta e oito anos após a criação da OUA, a distância que separa maximalistas e minimalistas não desapareceu com a competição Leste/Oeste (crise das ideologias), nem com os “pais da nação” (crise de gerações e de liderança). É fundamental que se esclareça a natureza política e econômica da União para evitar a armadilha de uma segunda OUA.

Várias instituições, muitas vezes inspiradas pela União Europeia, foram criadas pela Carta constituinte da União Africana: Conferência da União, Comissão, Parlamento Pan-africano, Corte de Justiça africana, uma instância para resolver os conflitos, Conselho Econômico, Social e Cultural. Diante da dimensão dos obstáculos, a reunião de cúpula de Lusaka adiou sua criação.<sup>2</sup> As competências atribuídas pela Carta aos novos órgãos deverão ser explicadas, pois a adoção de uma estratégia de renovação institucional é uma condição *sine qua non* para dar à África os meios para agir.

### **Um espaço de desenvolvimento integrado**

Além disso, também parece indispensável uma estratégia confiável de prevenção e solução dos conflitos, numa instância superior à dos mecanismos criados pela OUA em 1933, para que se exerça com eficiência o direito reconhecido pela Carta constituinte da União Africana de “intervir em Estado membro, por decisão da Conferência, em certas situações graves, como crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”, ou de responder ao

---

<sup>2</sup> Discurso do coronel Muammar Khadafi durante a reunião de cúpula de Lusaka, julho de 2001.



“direito dos Estados membros de solicitarem a intervenção da União para restaurar a paz e a segurança”.

Em função das ameaças potenciais, a União deve elaborar uma estratégia de localização de forças de paz: cada exército nacional – ou, em sua ausência, o exército nacional um “Estado líder” em cada sub-região – colocará à disposição do órgão sub-regional de prevenção e gestão de conflitos, um contingente de soldados formados e equipados para operações de manutenção ou de restabelecimento da paz, assim como os meios para um Estado-Maior sub-regional restrito (TSHIYEMBÉ, 2001). Esse dispositivo deve ser vinculado a um Estado-Maior africano sob o controle direto da Conferência da União. O objetivo é minimizar os custos inerentes à projeção de forças. A questão da coordenação com as instâncias sub-regionais existentes deverá ser regulamentada – como é o caso do Reforço da Capacidade Africana de Manutenção da Paz (Recamp), da França, o African Center for Security Studies (ACCS), dos Estados Unidos, e o British Military Advisory and Training Team (BMATT), da Grã-Bretanha, que devem ser integrados a esta estratégia ampla.

Finalmente, a união política só se materializará quando se basear numa união econômica. Instituições financeiras tais como o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco Africano de Investimentos, cuja criação está prevista na Carta da União, só serão eficazes se tiverem condições de coordenar um espaço econômico comum. Se toda essa renovação institucional se concretizar, a União Africana se tornará um espaço de desenvolvimento regional integrado – o que os ancestrais do pan-africanismo apenas ousavam sonhar. Na segunda edição do seu livro *Brasileiros na África*, Antonio Olinto (1980 [1964]), afirma: "Muitas são as Áfricas. E foi justamente a insistência nas diferenças, com o esquecimento das semelhanças, que levou os estadistas de hoje a uma total incompreensão da nova África (OLINTO, 1980, p. 93).

A asserção tanto servia a europeus como a africanos, quer se aplicasse a chancelarias do Ocidente, quer a estadistas como Senghor ou Nyerere, que criaram um modelo próprio de "socialismo africano", baseado em afirmadas "raízes comunitaristas", que não se confundiam com o "comunismo" europeu - o que logo serviu para marcar diferenças que estigmatizaram Senghor aos olhos dos líderes inspirados no modelo unitário soviético para fazerem o seu ajustamento à África. Se estas diferenças não ameaçavam a "unidade institucional" da África, foram, contudo, suficientes para obliterar o que em favor dela poderia ser obtido pelas

semelhanças, enquanto realidades etnoculturais, já que o grau de riqueza natural e de desenvolvimento tecnológico dos diversos países acabaria por enfraquecer.

A "voz igual", bifurcar o caminho da unidade almejada e, não raro, fazer os mais pobres e inexperientes retroceder até a orla do caos, representado por uma pobreza que atingia 90% das populações da África negra enquanto a África branca sorria da não pobreza. Com o desaparecimento da cena política dos grandes líderes carismáticos, cuja personalidade forte e voluntarista, desafiando a "norma" capitalista demo-liberal imposta pelo colonizador, podia, através de um Partido Único, defender que "é o Partido que determina e dirige a ação da nação, a acção das circunscrições, a acção das aldeias, a acção de cada grupo e a acção do conjunto dos grupos" (sustentava Touré); com o termo da Guerra Fria e o relativo distanciamento, por parte das superpotências, das suas "pontas de lança" africanas; com a reparaçã, mais ou menos subtil, o bom de programas de cooperação económica e militar, dos antigos colonizadores que tinham sido preteridos, diretamente ou por intermédio dos seus peões, pelos dois pilares da Guerra Fria, - Estados Unidos e União Soviética - África voltou a ser aquilo que os europeus pensavam e queriam que fosse: espaço permeável às influências capitalistas demo-liberais (democracias liberais), com os seus povos implicados nas teias das culturas ancestrais mas sensíveis aos ícones das sociedades da abundância, e os novos líderes, formados no exterior e/ou rendidos aos prazeres do consumismo, competindo, até ao triunfo da "nova ordem" por eles representada ou contaminando-os com as benesses e privilégios que, no passado, saídos da exploração das terras e dos povos de África, constituíam os "pecados" da burguesia colonial.

António Olinto considera que estes "pecados", geralmente causas e consequências das corrupções desenvolvidas no seio dos Estados, "pareciam uma das piores heranças deixadas pelas antigas administrações coloniais", contra as quais já Nkrumah se tinha empenhado firmado nas vantagens do Partido Único para, com a sua autoridade indiscutível, fazer prevalecer um sentido unitário do Estado-Nação sobre a amálgama das etnias e dos egoísmos.

O Partido Único, defendido por radicais como Sékou Touré e moderados como Julius Nyerere, seria, no fundo, a representação moderna do "monarquismo" tradicional africano, capaz de impor uma "consciência nacional" aos regionalismos das populações fracionadas, dentro de fronteiras artificiais, pela administração colonial. Afinal, tratava-se de converter em "ampla consciência nacional" o estado de coexistência a que o colonizador

levara, compulsivamente é certo, as diversas "nacionalidades" submetidas. A prática da autoridade centralizada na figura de um chefe carismático foi, de resto, comum aos diversos países, independentemente do tipo de estrutura política e administrativa e da formação ideológica dos seus líderes, todos apoiados em regimes "musculados", entre eles Ahmed Ben Bela na Argélia, Muammar Khadafi na Líbia, Houphouet-Boigny na Costa do Marfim ou Léopold Senghor no Senegal. Observava António Olinto, na época:

Ainda é cedo para se julgar da validade da tese do partido único nas atuais versões africanas. Uma condenação apressada do modo como esses líderes vêm tentando colocar seus países no ritmo da vida de hoje, pode acabar sendo um preconceito do nosso liberalismo, desenvolvido ao longo dos séculos de pesquisas e aprendizados de como lidar com a coisa pública sem que o indivíduo seja diminuído em sua liberdade (OLINTO, 1980, p. 96).

Hoje, Olinto diria, com certeza, que a África se começou a esfacelar, política e economicamente, com o desaparecimento dos líderes históricos que conquistaram a independência e com a substituição do seu discurso revolucionário-messiânico de "reafricanização" dos povos desalojados da "continuidade" ancestral por um discurso alógeno que era - esta incontestavelmente - "herança" do colonizador e que se revelaria no terreno africano, como um "presente envenenado": o discurso da democracia à europeia como meio de conquistar o Poder - o que, por motivos óbvios, ninguém ousa questionar, como "verdade revelada" que serve a todos os interesses...

A questão do Estado (e através dela), a das instituições é hoje crucial na África. Ela alimenta todo o debate em redor da democracia, do pluralismo sobre o continente. A sua atualidade é ilustrada por uma dupla constatação: A primeira tem a ver com a fragilidade dos processos democráticos comprometidos há vários anos. Os acontecimentos destes últimos anos mostraram que as mudanças institucionais ocorridas aqui e lá, e cuja amplitude não pode ser contestada, apenas não puseram termo a uma instabilidade corre o risco de repor em causa certos acervos políticos, e porque não, fazer mais uma vez o foco de regimes autoritários. A segunda constatação volta a sublinhar (e a situação na Libéria é a mais trágica ilustração) que onde o Estado desmorona, deixa o lugar ao caos, a guerra e gera uma desestruturação das sociedades em causa. Na Libéria, na Somália (num contexto onde a questão nacional não se põe), todo se passa como se estava na presença de populações que perderam todos os pontos de referência e os valores sobre os quais se apóia qualquer grupo social. Esta desintegração é

em si reveladora da fragilidade do cimento cultural que é suposto de assegurar a coesão da Nação e o Estado.

A violência repetida que conheceu a Libéria, antes como após 1980, quando o sargento Samuel Doe prendeu o poder através de um golpe do Estado, já mostrava efetivamente, a profundidade do fosso que separa o grupo comunitário herdeiro dos antigos escravos americanos, e os nativos liberianos. Os antagonismos étnicos gradualmente têm sido exacerbados por um exercício do poder fundado sobre a tomada dos privilégios pelo grupo dirigente, e, em seguida, sobre a exclusão das outras comunidades, condenadas, portanto mostrar as suas frustrações e a cultivar sua sede de vingança. É sobre este terreno que germinou a violência cujos protagonistas são, com efeito, os marginais, deixados na própria sorte pela máquina de excluir que é o Estado liberiano durante várias décadas. Este Estado doravante que tem se segmento desmontado em todas as estruturas sociais que se tem desmoronado, cada um foi conduzido de se proteger por trás dos grupos armados (milícias) organizados sobre bases étnicas (Liberia), familiares ou clânicos (Somália).

Entre esses dois casos de figura, encontra-se a falência do modelo do Estado pós-colonial. Conjugada com as transformações do sistema de partido único, ela provocou fenômenos de desestruturação que afetam as sociedades africanas. A tônica deliberadamente colocada sobre a dimensão prospectiva das mudanças sociopolíticas ocorridas na África do Oeste (como o resto da África subsaariana); a vontade de centrar a reflexão sobre a definição do papel e as funções que deveria assumir “o Estado democrático” africano. A história, na África como em outro lugar, é feita de continuidades e de rupturas, de permanências e de mudanças. A esse respeito, a reviravolta decisiva dos anos 90 se torna simbolizada sobre o continente por um movimento de fundo em prol dos direitos humanos a democracia, da mesma maneira que o momento decisivo dos anos 60 foi identificado da descolonização e a emergência dos novos Estados africanos sobre a cena internacional. Há quase cinquenta anos (1960) de distância, mas num contexto ideológico e mundial radicalmente diferente, estas duas grandes rupturas com a ordem anterior ocultam as mesmas promessas de um renascimento, de uma refundação. Hoje, na maior parte dos países africanos, assiste-se, após “os anos de chumbo” dos regimes militares e das ditaduras, à uma liberação das dinâmicas sociais e políticas que recordam as mobilizações populares do período das independências.

É esta perturbação total e acelerada da paisagem política na África - o pluralismo político tornou-se em quatro anos a regra e a alternância política se “normalizou” porque

atingiu um país africano sobre cinco - que impõe optar por uma diligência resolutamente prospectiva. A fratura do “modelo” autoritário de exercício e da devolução do poder na África é com efeito inegável: entre 1960 e 1990, só a Ilha de Maurício tinha experimentado uma alternância política democrática e centenas de mudanças do poder tinham sido a consequência de golpes de Estado, revoluções de “palácios”, golpes do Estado. Para tanto, os líderes das novas democracias africanas podem hoje esperar o mesmo “estado de graça” e a confiança quase absoluta dos quais tivesse beneficiado no fim dos anos 50 os “País” das independências.

Escaldados por diversas experiências sem dúvida, mas cujo nenhum lhe trouxe ao mesmo tempo a liberdade, justiça social e desenvolvimento, as populações africanas, em especial as novas gerações, propõem-se perceber o mais rápido possível aos dividendos sociais do seu impulso emancipador. O exemplo do Mali é a esse respeito significativo. A inversão de uma ditadura sangrenta e corrompida, seguida de uma transição democrática perfeita, não impediu ao presidente Alpha Oumar Konaré, no entanto símbolo das mudanças políticas sobre o continente, de se enfrentar, um ano apenas a sua eleição, a “síndrome dos manifestantes” da juventude, que conhecem igualmente outros países da região.

A violência dos manifestantes de Bamako, contestando a autoridade de um regime democrático saído das urnas e que chamavam, no entanto dos seus desejos alguns meses anteriormente, refletia realmente mais umas profundas desordens que uma rejeição do Estado democrático. Poder-se-iam multiplicar os exemplos destas incertezas e dos sentimentos de ansiedade que perturbam os processos de transição democrática na África, abrindo assim a “caixa de pandora”, em especial a identidade, a etnicidade ou o regionalismo. De fato, o movimento político atual parece hesitar a balançar para melhor ou para pior (o Togo e o RD Congo notadamente) e encontra-se, em vários países (Nigéria, Guiné-Conacri). Onde a necessidade para este movimento de se dotar o mais rapidamente possível de um projeto político e social bem como uma visão do futuro, que deverão inelutavelmente passar por uma reabilitação e uma reconstrução do Estado, do qual as funções herdadas do passado são incapazes de responder às esperas das populações.

A problemática do Estado e da democracia na África saberia, com efeito, ser apreendida apenas em relação direta com os imperativos do desenvolvimento. E a diligência prospectiva aqui adotada visa traçar as grandes linhas das missões desejáveis que devesse assumir o Estado democrático na África. É nos parece, de tal visão elaborada pelos próprios

africanos, dos quais têm necessidade ao mesmo tempo as instâncias de decisão políticas - e os investidores de fundos internacionais, que recentemente têm sido obrigados de proceder à uma autocrítica e uma diminuição em causa parcial das suas estratégias anteriores. É o caso em especial do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujas atividades prospectivas têm por finalidade de dar a palavra e de ouvir - por último! - os destinatários africanos dos seus programas.

### **A complexidade da democracia no contexto africano**

“O Estado enquanto fenômeno social é produto específico da sociedade no seu estágio atual de evolução, o que implica a necessidade de ter em conta a realidade concreta da sua evolução no tempo, portanto a sua história...” (GONIDEC, 1995, p. 20).<sup>3</sup> No caso particular de África há que fazer uma incursão no seu passado pré-colonial e colonial para perceber não só as bases sociológicas complexas e contraditórias que fragilizam os Estados africanos modernos, como também para perceber a aparente falta de adaptação desses Estados às realidades que são objeto do poder que exercem. Para falar da transição democrática em África é necessário ter a percepção de que a explicação das dificuldades de afirmação da democracia no contexto das atuais sociedades africanas tem de ser procurada algures num tempo em que as dinâmicas e ajustamentos sociais especificamente africanos foram suspensos, para serem retomados, quiçá, na atualidade.

Olhando para os modernos estados africanos e para as fronteiras a que se confinam, de imediato nos vem à mente que resultaram do que foi perspectivado na Conferência de Berlim. Podemos entender, tal como M'Bokolo o faz (M'BOKOLO, apud BORGES, 1995), que se tem exagerado e mistificado a importância da referida Conferência na precisão das fronteiras coloniais africanas, mas é inquestionável que tem sido com as fronteiras então delineadas que a comunidade internacional<sup>4</sup> se tem contentado, uma vez que as legitimou sem as questionar. A fixação das fronteiras africanas subordinou-se aos interesses da exploração dos recursos naturais e do comércio local pelas potências colonizadoras e, na voragem da ocupação efetiva queurgia as potências europeias não tiveram nem poderiam ter tido em conta (não sejamos

---

<sup>3</sup> “Mais recentemente” [...] “os africanistas Jean-Loup Amselle e Erika M'Bokolo mostraram que algumas etnias supostamente tradicionais foram criações coloniais” (GONÇALVES, 1999, p. 15).

<sup>4</sup>Comunidade das nações africanas incluída. A OUA criada em 1963 em Addis Abeba confirma as fronteiras africanas “numa lógica de pan-africanismo minimalista em que a palavra de ordem é a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização” (TSHIYEMBE, 2002, p. 15)

anacrônicos), a realidade pré-existente: é que só então os europeus se viram obrigados a penetrar numa África profunda que desconheciam e que tinha estado entregue às suas próprias dinâmicas internas até a hora da partilha.

Há, pois, que ter presente que, apesar da não contestação das fronteiras traçadas em Berlim, havia realidades e dinâmicas internas preexistentes à divisão que em muito condicionariam os contextos do desenvolvimento dos países africanos que ascenderiam à independência (na sua grande maioria) na segunda metade do século XX. Pouco estudadas ou mesmo esquecidas, essas mesmas realidades e dinâmicas são hoje recuperadas para a compreensão da África, tal como se apresenta. Só aparentemente a “divisão colonial tinha simplificado as relações políticas no continente. Onde anteriormente tinha havido centenas de clãs e de linhagens independentes, supostas Cidades-Estado, reinos e impérios com fronteiras móveis e indefinidas, havia agora”... “estados com fronteiras fixas e com uma capital” (READER, 1998, p. 598), mas através da definição das fronteiras e fazendo tábua-rasa das organizações sociais, administrativas e políticas preexistentes à Europa, nem sempre de forma pacífica, polos e fontes de conflito que teriam seguido um percurso natural até à sua resolução.

A partilha enxertou e acelerou em África o conceito de Estado-Nação ocidental que na Europa foi resultado de uma sedimentação lenta e de muitos séculos. Enxertou em África um conceito de Estado-Nação que pressupunha, para além de um território com demarcação reconhecida, uma população minimamente integrada (em termos culturais, linguísticos, etc.) e uma economia que permitisse condições de vida e graus de autonomia aceitáveis. Fatores cuja existência era no mínimo duvidosa. Mas se a Europa moldou as configurações econômicas, políticas e sociais aos seus interesses e modos de ver o mundo, também não deixa de ser verdade que as elites locais as aceitaram num processo de aculturação e mimetismo que desembocou num nacionalismo que se impôs, por vezes violentamente, às formas de organização tradicionais e genuinamente africanas. As elites africanas, “modernistas”, apropriaram-se, pois, do conceito de Estado-Nação europeu e saíram vencedoras na luta que travaram com os “tradicionalistas”. Dito de outra forma: para as elites emergentes, a construção de Estado-Nação releva de uma ideologia nacional que não se compadece com o mosaico sócio-antropológico herdado das potências coloniais, quer tenha sido construído por elas (ROSSEAU, 2000, p. 80), ou lhes tenha resistido através de processos simbióticos mais ou menos pacíficos ou conflituosos. Averbam ainda os “modernistas” o seu favor o fato de

muitos serem os exemplos em que etnias do mosaico se deixaram instrumentalizar pelas potências colonizadoras, que não só exploravam rivalidades ancestrais para melhor reinar, como também as usavam como forma de legitimação e de aproximação às populações. Algumas chefias tradicionais ocuparam mesmo lugares no aparelho colonial, num colaboracionismo que lhes retirou legitimidade no quadro das independências pós-coloniais.

Os nacionalistas, constituídos por uma elite de formação ocidental, reclamaram a independência sem reclamar a democracia. Esta era encarada como uma seqüela burguesa, passível de ser manipulada pelos sentimentos de pertença étnica, que seriam tanto perigosa quanto mais centralizada a definição de pertença. O mosaico sócio-antropológico foi visto como inimigo da consolidação nacional e a expressão democrática das vontades individuais não teve lugar nos novos estados independentes, como no período colonial. Apesar das lutas de libertação, verbais ou armadas, ninguém ousou fazer neste campo uma verdadeira ruptura com o passado colonial.

No período da Guerra Fria as elites dirigentes africanas utilizaram o seu posicionamento no teatro geoestratégico para capitalizar benefícios e mascarar as suas insuficiências gestionárias. O contexto geoestratégico manteve no poder ditadores como Idi Amin, Mobutu e Bokassa, para só falar dos mais emblemáticos, e as potências ocidentais entendiam que a abertura à democracia poderia conduzir a que ditadores amigos fossem substituídos por ditadores inimigos, ficando a democracia pelo caminho. E assim se foi contemporizando com as ditaduras civis ou militares, com simulacros de democracia, com a corrupção, com a impunidade das elites, com a desarticulação e desmantelamento do Estado, com a depredação da coisa pública resultado de um patrimonialismo excessivo. Por isso, apesar dos consideráveis fundos financeiros destinados ao desenvolvimento dos países da África Subsaariana, o arranque não passou de uma miragem. Boa parte do insucesso deve ser causada, precisamente, aos políticos locais que não souberam, não quiseram, ou não conseguiram capitalizar os apoios em prol de um desenvolvimento auto-sustentado e baseado em regras transparentes e democráticas. Mas outra parte do desencanto deverá ser associada a quem contemporizou com a apropriação privada (em África) de fundos públicos ocidentais, ainda que em nome de uma compreensão baseada em relativismos culturais...

Foi o fim da Guerra Fria que tornou possível as reivindicações e pressões internacionais para a transição democrática na África Subsaariana. O desmantelamento de o complexo militar-industrial soviético, o abandono da região pelas potências ocidentais que se



lhe opunham, em suma, a perda de valor estratégico do continente africano, deu um forte impulso ao assomo de democracia, já que impôs certa condicionalidade democrática à ajuda para o desenvolvimento. Mas também limitou as perspectivas de democratização pela penúria material agravada a que conduziu e pelos fenômenos de depredação que sempre se exacerbam em contextos de incerteza. Esta gestão irresponsável dos recursos nacionais (estatais ou não), aliada à queda secular dos preços internacionais das matérias-primas em que a África se especializou desde os tempos coloniais e à qual não se conseguiu furtar, tem conduzido os países da África Subsaariana ao endividamento e a uma crise econômica que os remete, em desespero de causa, para os Programas de Ajustamento Estrutural-PAE- (Consenso de Washington). A liberalização e desregulamentação impostas pelos PAE desarticulam os poucos controles exercidos pelos estados sobre as economias e “informalizam-nas” ainda mais. Enfim, o rol de consequências dos PAE já sobejamente conhecido e donde ressalta o impacto negativo na arrecadação de receitas pelo Estado, que se vê por esta via impossibilitado de financiar programas sociais mínimos...

Razões pelas quais a afirmação democrática é identificada com as crises econômicas, sociais e políticas vividas pelos africanos. Mas se estes fenômenos de natureza externa dão sinais contraditórios ao processo de democratização, há que procurar também contradições nas dinâmicas internas. A transição democrática pelo que se disse, tem procurado se afirmar em cenários de crise, ora, não preexistindo instituições democráticas sólidas, nem tão poucas culturas de oposição que dirimam através do diálogo os conflitos em presença, as fraturas degeneram facilmente em conflitos abertos, desenterrando-se então as identidades étnico/tribais latentes. Estas explosões sociais são também terreno fértil para “os ditadores acossados pelas reivindicações democráticas, que se apoiam com sucesso neste tipo de conflitos. Ora a manipulação étnica pelos políticos impõe leis implacáveis de limpeza étnica, contexto em que a democratização é impossível”.

A pressão exterior da dívida por um lado e, por outro, as pressões interiores do empobrecimento, da violência, da corrupção (que alguns marxistas classificam como a forma genuinamente africana de fazer a acumulação primitiva de capital...), do clientelismo, da falta de enquadramento institucional dos conflitos ou do diálogo, são fortes ameaças de dissolução internas que aprofundam a descrença nas formas democráticas de governança. É a transição democrática que acaba por ameaçar a democracia ou, se quisermos o Estado na sua forma atual que não se deixa domesticar.

## A África diante da ideia da democracia

A implosão democrática que podemos considerar como um dos acontecimentos essenciais na África durante as duas últimas décadas confirma duas evidências. De uma parte, é impossível ignorar hoje que os problemas de fundo do Terceiro Mundo, os *problemas prioritários*, são problemas políticos. Apoiava-se sem razão até aqui que se tratava unicamente de problemas técnicos como a luta contra as doenças, o analfabetismo, ou de carências econômicas que implicam o aumento da ajuda financeira ou material. Aborda, afora estes problemas sob os ângulos financeiros, econômicos ou técnicos volta a não considerar que as consequências das deficiências do Terceiro Mundo. Realmente, as soluções de fundo são *soluções políticas*. Trazem-se sempre a uma solução central: a da forma de governo que cada país se dotou, e por via de consequência, a da autoridade encarregada de tomar a decisão final, que continua uma *decisão política*. De outra parte, é impressionante constatar que não se tem mais de ambiguidade sobre o sentido atribuído à democracia no contexto atual.

Enquanto até aqui, o termo de democracia parecia se comprometido em mau uso, de que cada um havia o conteúdo de sua escolha, ao ponto que os regimes notoriamente ditatoriais jogavam sobre esta ambiguidade para fazer-se premunir do casaco “de democracia”, a reivindicação atual na África não deixa mais nenhuma dúvida sobre a forma de governo da qual se deseja. Não se trata mais da democracia em geral, mas da *democracia pluralista*; se afirmar do *multipartidarismo*, onde o critério mais aparente é da *democracia pluralista*.

Esta reivindicação do pluralismo democrático se impôs sobre a cena política porque ela intervinha num lapso de tempos relativamente curto e em vários países ao mesmo tempo (Tunísia, Argélia, Costa do Marfim, Benin, Gabão, e, até certo ponto, o Zaire – atual República Democrática do Congo, o Congo (República do Congo), e o Níger). Mas não é necessário esquecer que esta é uma reivindicação antiga e que certos países se esforçaram há vários anos em praticar o pluralismo democrático (Marrocos, Senegal, Gâmbia, Botsuana), e outros, marcados por vários parênteses autoritários se esforçaram de retornar ao pluralismo (Nigéria). Acrescenta o caso exemplar da Namíbia que, sozinha, constitui um tipo, que parece que a África fornece elementos suficientemente variados sobre as condições da emergência do pluralismo sobre este continente. Mas não é necessário temer que não se trate somente de um fogo de palha, que as forças antidemocráticas retomam o que lhes foram retirados nas mãos?

Será que as condições estão reunidas para que o pluralismo democrático esteja consolidado na África?

### **A emergência do pluralismo democrático na África**

Quais são as origens “da revolução democrática” na África? Quais são as estratégias de saída de ditaduras e os esquemas de transição democráticos que são oferecidos a África? A compreensão da emergência do pluralismo democrático sobre este continente depende das respostas que podem ser dadas a estas duas perguntas.

### **As origens da “revolução democrática”**

Vários analistas fizeram a aproximação entre a implosão democrática na África e as profundas mutações na Europa do Leste no fim dos anos 80. Certamente, as mudanças no Leste Europeu puderam influenciar a evolução da África: a atenuação das rivalidades entre duas superpotências pôde dissuadir certos Estados a prosseguir a chantagem diplomática, ameaçando pedir a uma das potências o que não se podia obter da outra. Os países do Leste que não podem mais se servir de modelo do socialismo, o desmoronamento do seu sistema pôde desencorajar os países africanos da orientação marxista; mas, contrariamente, também, os países africanos que evoluíam até aqui na zona da influência ocidental puderam se aproveitar das perturbações ocorridas no Leste para afirmar o pluralismo político, persuadidos de que os Ocidentais não podiam, ao mesmo momento aprovar o evento de tal regime no Leste e repudiá-lo na África.

Mas a relação, pelo menos circunstanciada entre as mutações no Leste e a implosão democrática na África, deve trazer-se às suas justas proporções. Primeiro, refere-se apenas às mutações recentes e significa simplesmente que as mudanças no Leste aceleraram na África um processo já engrenado. As oposições gabonesas, marfinenses, congolezas, senegalesas, existiam bem antes do desmoronamento dos regimes socialistas na Europa. A crise que está desenvolvendo-se na África acontece há muitos anos. Os acontecimentos trágicos na Argélia, que permitiram começar o processo de democratização das instituições, igualmente na destituição do Presidente Habib Bourguiba na Tunísia seguida dos esforços de abertura do regime, não têm praticamente relações com as mutações na Europa do Leste. É necessário

então ir adiante. Sem estar a pretender ser exaustivas, três séries de fatores favorecem a emergência do pluralismo democrático sobre o continente africano.

### **O fracasso da democracia consensual**

Um destes fatores é, indiscutivelmente, o fracasso da democracia consensual. Por muito tempo e, hoje, ainda em muitos setores, tinha predominado uma visão mítica da África, simbolizada pela legendária “L’arbre à palabre” (árvore onde se reúnem os mais antigos da aldeia para decidir os rumos da sociedade). Os conflitos eram resolvidos com as palavras através das discussões. Tais discussões deveriam se prolongar por muito tempo até chegar às partes, a um *consenso geral*. Em outros termos, uma maioria não devia impor a sua vontade a uma minoria; pelo contrário, todas as decisões deviam ser tomadas por consenso. Esta prática justificava-se em relação à aplicação do princípio participacionista: cada pessoa era convencida a trazer à comunidade sua opinião. De todas as especificidades, algumas eram levadas em conta. Desta maneira, a normalização dos indivíduos, bem como o eleitorado é banida, quer dizer, a ilusão de que os votos individuais podem legitimar o poder e a exploração de tais votos e dos fins de política partidária.

A democracia consensual oferece indubitavelmente uma visão generosa da sociedade e supõe uma aposta otimista sobre o homem. É a razão pela qual se pode considerar o objetivo remoto para o qual é necessário ampliar, bem mais, é uma honra para a África ser percebida (com ou sem motivo válido) como berço da democracia consensual. Infelizmente, a democracia consensual amplia inexoravelmente para a *unanimidade*. Ela supõe que os seres devem ser perfeitos, altamente conscientes dos seus direitos e obrigações, capazes de distinguir os interesses específicos do geral, ou seja, pelo contrário das pessoas sem vontade nem liberdade. Em outros termos, a democracia consensual pode existir apenas nos povos de Deus ou na escravidão.

É esta ideia que Jean Jacques Rousseau exprimia admiravelmente no seu Contrato Social, quando escrevia: “Havia um povo de Deus, governar-se-ia democraticamente... Mais o concerto reina nas assembleias, quer dizer mais os pareceres aproximam da unanimidade, mais também a vontade geral é dominante; mais os longos debates, as dissensões, o tumulto, anunciam que há ascendência dos interesses particulares. Na outra extremidade do círculo, a unanimidade retorna. É quando os cidadãos caídos na servidão não têm mais nem liberdade,

nem vontade (ROSSEAU, 2000, p. 84). A democracia consensual estagnou na África. Os que persistem em defendê-la querem, simplesmente, manter este continente na servidão moral e política. Ao inverso, a democracia majoritária conduz para o estabelecimento das instituições do sistema representativo.

### **O fracasso do partido único**

A ideia de que a democracia “tradicional” da África é a consensual, também existia; sua melhor expressão que constitua de que no plano político seria existência do partido único. Esta prática oferecia vantagens. Primeiro essa prática evitaria (para parafrasear Rousseau) os longos debates, as dissensões, o tumulto, considerados como tantos obstáculos para chegar à unidade e à coesão social. Em seguida, acrescenta outro argumento que parecia de grande dimensão, ou seja, o partido único era visto para favorecer o desenvolvimento econômico devido às suas “virtudes” bem como reduzir as tensões sociais e mobilizar as energias.

Foram percebidos os equívocos após duas décadas da independência da maior parte dos países africanos. Os partidos únicos revelaram-se nos principais obstáculos à unidade nacional, pelo fato deles terem imposto o monolitismo (aspecto de bloco homogêneo) ideológico, além de pretenderem modelar os indivíduos de acordo com um protótipo preestabelecido, dão-se ainda como missão dirigir de maneira muito autoritária as consciências, de mascarar as preferências pessoais sob as aparências de esquemas de pensamento e de clichês que pretendiam traduzir a vontade “do povo”. No lugar de educar o indivíduo, de levá-lo a cidadania, o partido único o esmaga. Ele, portanto, ensina o cidadão a simular e dissimular os seus verdadeiros sentimentos, a utilizar a linguagem estereotipada e convencional para conformar-se à linha do partido e escapar à repressão. Resumidamente, o cidadão torna-se, no seu quadro, um homem traumatizado e frustrado, além de alienado. Com esse singular paradoxo, o partido único tornou-se a principal causa do desenvolvimento e do reforço do tribalismo, a tribo aparece então como o último refúgio para os indivíduos desamparados numa sociedade totalitária.

Assim sendo, tentou sem sucessos salvar o partido único, preconizando o que foi chamado “*o partido único democratizado*”. No âmbito do partido único, as eleições tornar-se-iam livres, os candidatos nem são investidos, nem apoiados pelo aparelho do partido. Na realidade, este tipo de partido único é uma farça democrática. Ele se constitui em uma técnica

permitindo eliminar personalidades políticas doravante contrárias à ideologia do partido, apesar de muitos delas terem sido eleitas com o apoio deste, mas que no fim, decidiram abandoná-las. Nestas condições, não é surpreendente que a revolução democrática na África coloca-se sob o sinal da reivindicação multipartidária, quer dizer de um sistema que reconhece e organiza verdadeiramente a livre competição dos programas e objetivos.

### **O fracasso de uma concepção “africana” dos direitos humanos**

Em terceiro lugar, é inegável que as violações frequentemente maciças dos direitos humanos contribuíram, numa larga medida, para abalar os regimes autoritários africanos: a tortura, as detenções e aprisionamentos arbitrários, as restrições intoleráveis à liberdade de circulação, a repressão severa de qualquer manifestação de liberdade faz parte da paisagem política de vários Estados africanos.

Por acréscimo, convém notar a aparição recente de certas escolas de pensamento “que tendem a legitimar” certas restrições das liberdades na África, em nome de uma pretendida concepção “africana” dos direitos humanos. De acordo com estas doutrinas, as liberdades não deveriam conceber-se na África da mesma maneira que em outros lugares; certas liberdades valeriam para o Ocidente, mas não seriam adequadas para África. Por exemplo, somente o Partido Único conviria à África, onde a veneração do Chefe constituiria um “dos valores tradicionais” a preservar. Do mesmo modo, o africano supostamente vive em comunidade e não deveria reivindicar, assim como os ocidentais, a garantia dos seus direitos individuais. Resumindo, “os direitos da solidariedade”, “os direitos da terceira geração” seriam mais “africanos” que os outros e melhor adaptados ao modo de vida dos Africanos, enquanto os outros valores do sistema político democrático batizado para a circunstância “democracia ocidental” seria valores ou sistemas importados, portanto, não bem vistos.

Com efeito, esta concepção “africana” dos direitos humanos imprudentemente consagrada, em parte, pela Carta Africana dos direitos humanos e dos povos redundava em preconceitos que não revela; assim sendo, é um meio para legitimar as piores práticas antidemocráticas. Os direitos humanos não têm fronteiras; são indivisíveis; e não tem liberdade que seja boa para o Ocidente e má para a África. Os supostos direitos humanos “africanos”, bem como a própria Carta Africana cujos autores pareciam mais preocupados pelo número de ratificações que pela eficácia dos mecanismos instaurados – não dão bons

exemplos para regimes autoritários locais com base nesse princípio: fundar as suas práticas antidemocráticas sobre “a sabedoria” africana e sobre o Tratado Internacional.

Por último, o argumento que consiste em dizer que certos valores democráticos que são importados são inconsistentes. No entanto, ninguém revela abertamente que as línguas oficiais da África e suas religiões dominantes (Cristianismo, Islamismo), alguns produtos alimentares, bens de equipamento (artigos domésticos, automóveis, computadores, etc.), são importados; não ocorrendo o mesmo com a importação das liberdades individuais e o pluralismo democrático. Certos regimes fundados em tanta incoerência estão necessariamente fadados ao fracasso.

### **Os esquemas da transição para a democracia**

Existem tantos procedimentos de saída das ditaduras e de entrada em democracia que houve estados envolvidos na África. A preocupação de simplificação que conduz a agrupá-las aqui não deve fazer esquecer que cada experiência é única no seu tipo; somente o exame caso por caso permite restituir a riqueza bem como as especificidades de cada uma delas. É inútil considerar a esse respeito a categoria das *velhas democracias africanas*, como o Egito, o Marrocos, o Senegal, a Gâmbia, a Botsuana e Ilha de Maurício - na medida em que se aceita unir este último país à África. Nestes países, os quadros do pluralismo democrático são fixados. O objeto da constatação política não é nestes em países de obter o pluralismo democrático, mas de aprofundá-lo, consolidá-lo, de aperfeiçoá-lo. As reivindicações dos parceiros sociais quando elas são fundadas, justificam-se pelo fato que qualquer abrandamento dos esforços nesta perspectiva de aprofundamento traduz-se em retrocessos significativos, ou mesmo o desmoronamento dos ganhos democráticos.

Satisfazer-se, por exemplo, da simples existência dos partidos políticos ou da faculdade de criá-los, ou ainda a organização periódica de eleições não sujeitas à arbitrariedade do poder retorna a esquecer que a democracia pode sobreviver apenas por um esforço de cada momento para proteger os seus valores contra os perigos permanentes da ditadura. A outra extrema parte do continente, a Namíbia constitui um caso exemplar e único na África, o exemplo mesmo de uma descolonização bem sucedida. Um dos ensinamentos essenciais a tirar, é que as eleições livres e transparentes com parceiros leais representam a primeira condição do estabelecimento de uma verdadeira democracia. Se, além disso, a

sociedade namibiana transcende as suas contradições de ontem e torna-se uma sociedade resolutamente multirracial, então ela mostrará o caminho a seguir para a maior parte dos países do continente.

Falando agora das mutações ocorridas recentemente na África, igualmente no que diz respeito às entradas em democracia, três principais casos de figura, ou esquemas de transição desenha-se: a transição às vezes é negociada (Benin, Nigéria, Tunísia), às vezes imposta pela rua (Argélia, Gabão, Costa do Marfim), às vezes concedida pelo poder existente (ex-Zaire, atual Rep. Dem. do Congo). Naturalmente, estas fórmulas não apresentam nenhum caráter normativo; servem simplesmente para ilustrar uma perspectiva comparativa das situações nacionais, além disso, muito complexas.

### **A transição negociada**

A transição negociada refere-se às situações nas quais o poder autoritário ou ditatorial existente compromete um diálogo dinâmico com os parceiros sociais e políticos, para determinar com eles o procedimento de saída de ditadura e transição para a democracia. Para que um poder consinta tal mutação qualificativa, é necessário que ele seja empurrado de diferentes maneiras: a falência do sistema político-ideológico e a falência econômica (Benin), a incapacidade dos regimes militares a gerir à duração e a existência de fortes tradições democráticas (Nigéria), ou ainda a imobilidade do governo devida à uma concepção patrimonial do poder (Tunísia).

Embora a pressão da rua manifeste-se em todas as hipóteses, e que ela possa desempenhar um papel que determina no desencadeamento do processo de democratização, ela não é a causa primeira. É o poder encurralado de todas as partes que compreende dele mesmo que a repressão torna-se ineficaz, notadamente quando se encontra seriamente abalado por uma longa resistência passiva como era o caso do Benin. Ou, como na Nigéria, é a procura da legitimidade que leva o regime militar a organizar-se para a democracia. Por último, na Tunísia, a deposição do chefe do Estado sem derramamento de sangue pode desbloquear a situação política, e permitir de engajar um programa de reformas políticas e sociais.

Nesta perspectiva desenvolveram-se procedimentos originais de transição. A fórmula da Conferência nacional no Benin conheceu certos sucessos. Convocada pelo poder,



agrupando dezenas de sensibilidades políticas e centena de delegados, esta assembleia aparentemente heteróclita pôde se erigir em organismo soberano e impor ao poder um novo governo, bem como instituições de transição. Além disso, o modelo beninês de transição democrática se caracteriza por suas etapas sucessivas: a Conferência nacional ou Mesa redonda que agrupando aos parceiros sociais e políticos mais representativos; a designação para a Conferência, de órgãos encarregados de conduzir a transição: governo de transição, órgão legislativo de transição capaz de colocar eventualmente o papel da assembleia constituinte, Comissão constitucional encarregada de redigir a nova constituição; a definição dos prazos para alteração e adoção, preferivelmente ao referendo da nova constituição; por último, a fixação da data das eleições gerais e a aposta em vigor das novas instituições.

O esquema tunisiano é muito diferente. Na Tunísia, é uma revolução de palácios que pôs termo a um governo aparentemente incapaz de conduzir as mutações que se impunham. Em seguida o novo governo não convocou conferência como o caso do Benin, mesmo se ele procedeu a uma larga consulta para elaborar os textos destinados a governar o regime democrático projetado (sobre as eleições, os partidos, a imprensa...). Em contrapartida, ele não se informou neste caso junto aos responsáveis de outros países das suas experiências, no intuito de evitar os erros que eles tinham cometidos. Na Nigéria, o processo da transição aparece complexo devido aos constrangimentos que a história política deste país impõe aos seus governos sucessivos. Permanece que apesar de alternância das fases de ditadura e de democracia deste país, há uma tradição democrática bastante forte. Os governos militares são figuras acidentais da história. Era verdade que cada vez maior e preocupante, enquanto os governos civis são sempre percebidos como a norma e a solução normal.

Com efeito, pela primeira vez, aceitou entregar o poder dos militares (Olesegun Obasanjo confirmou a visão enquanto presidente) para os civis, e recusou em seguida de retomá-lo apesar do pior desempenho destes (os civis). De acordo com qualquer verossimilhança, este país se encaminhou ainda mais uma vez para a saída do regime militar e a entrada numa democrática. Trata-se, contudo de uma democracia supervisionada. Portanto, após ter excluído “os barões” da vida política, os militares decidiram arbitrariamente que somente dois partidos políticos serão reconhecidos. Tal medida arrisca não deixar menos tenso a vida política, mas, pelo contrário, de provocar tensões e rancores pouco favoráveis à restauração de um regime democrático autêntico.

## **A transição imposta pela rua**

A transição imposta pela rua se opera na sequência de violências às vezes sangrentas. Neste esquema, os poderes públicos surpreendidos ao curto tempo se rendem à pressão popular e intervêm com as reformas para resolver a crise e previr outros tumultos. Tal é o processo seguido na Argélia, na Costa do Marfim e no Gabão.

Sob o empurrão da violência, importantes medidas puderam ser tomadas ou prometidas nestes países: reconhecimento dos partidos políticos da oposição, liberalização da imprensa, calendário de aplicação das instituições da transição para a democracia, etc. No entanto, o alargamento real das mutações democráticas é variável de acordo com os países: assim como na Argélia, parece existir uma vontade incontestável de democratização, a Costa do Marfim e o Gabão deixam crer que os partidos no poder nestes países não hesitariam um momento, se a ocasião lhes foi dada de retomar o que foi arrancado nas suas (a imposição da democracia no poder). Tudo se passa, nestas hipóteses, como se a preocupação essencial do poder era acalmar os motins, a qualquer preço, e de aproveitar de calma assim criada para retomar as suas esferas.

## **A transição concedida**

A transição concedida, da qual o ex-Zaire (atual Rep. Dem. do Congo) oferece o exemplo, procede até certo ponto da mesma lógica. Sentindo crescer a contestação e apresentando uma prova de força com a rua, os governantes tomam as dianteiras, concedem ou prometem reformas. Este procedimento é ambivalente: pode proceder de uma real vontade de democratização do regime; mas pode também não representar que uma crise, um meio para o partido ao poder de dar-se uma parada momentânea e de forjar novos instrumentos de dominação política. No entanto, o próprio do democrata é o otimismo e a fé no homem, pode admitir que uma abertura democrática, mesmo na hora de proceder a cálculo político, termina sempre para criar uma dinâmica de progressos, assim que uma notícia da racionalidade. Isto constitui a uma das razões pelas quais convêm de acolher com fervor qualquer reforma democrática não importa de onde vem. Nomeadamente nas democracias nascentes ou reaparecendo, melhor é tomar dos governantes a palavra, de forçá-los a ter as promessas que eles podem fazer frequentemente sob a pressão dos acontecimentos.

Esta posição justifica-se tanto mais que a transição para a democracia é uma operação a riscos; pode encalhar, ou seja, devido à escalada de um povo desorganizado seduzido em seguida por grupos de interesses que restauram outras formas de ditaduras, ou seja, porque este povo, demasiadamente por muito tempo corrompido e dominado, tem medo de um regime de liberdade que ele considera como uma aventura, para preferir-lhe uma nova ditadura que lhe sustenta dispensando de refletir e de tomar iniciativas responsáveis. A África tem, portanto, muito interesse a ver consolidar-se alguns regimes que preconizam o pluralismo democrático, independentemente dos seus antecedentes.

### **Considerações finais**

Ao longo deste trabalho, procurei mostrar que a prática democrática é considerada a qualquer preço como a expressão de um rito social. Pois, para muitos eleitores, ela parece ser um ato separado do curso normal da vida cotidiana, nem sagrada, nem banal, mas somente insólito e desnudo de sentido. E lá onde a eleição competitiva, não integrada pelo jogo das predisposições, é riscada de analisar como uma correspondência de distantes práticas sociais institucionalizadas. Tais interrogações não são inúteis, mas apresentam o inconveniente de trocar a análise da eleição real e das relações de forças, que engaja por um estudo das representações simbólicas que ela movimenta. É assim o caso quando o interesse pelo processo eleitoral propriamente dito é abandonado em proveito de uma superestimação do contexto social, sem ida-volta entre os dois níveis. Certo, podemos observar que a prática regular das eleições não garante o progresso social, a igualdade dos estatutos, a estabilidade e a redistribuição das riquezas. O que nos conduz a retomar as velhas críticas contra a “democracia burguesa”.

Por “democracia eleitoral”, entendemos aqui um regime, no qual a competição para o controle do governo de um Estado é resolvido de uma maneira duradoura graças às eleições consideradas suficientemente livres e honestas pelos principais interessados. Esta concepção restritiva valoriza voluntariamente o procedimento eleitoral, sem se pronunciar sobre os objetivos, as ideias ou as performances de tal regime. Entretanto, extrair a eleição do “sociologismo” não é a única prova a ultrapassar. É preciso ainda, tomar suas distâncias com relação às explicações globalizantes em termos de “cultura”, que invadem todo discurso sobre a política na África. Nesta ótica, as sociedades africanas são apresentadas como os meios,

desenvolvendo as relações complicadas e aparentemente infelizes com este modelo da “democracia eleitoral”.

Mas, qualquer que sejam os motivos invocados, quando lemos as pesquisas nos últimos anos, uma constatação aparece se impondo, segundo o qual a contribuição dos procedimentos eleitorais à regulação dos sistemas políticos africanos, passa a se tornar eficaz (e não inoperante), uma mudança profunda, tanto social que cultural. Não havia passagem à democracia sem verdadeira “sócio-gênese” (no sentido completo deste termo que suporia uma dependência total do político com relação às estruturas sociais e que recusaria então a ideia de uma autonomia relativa daquela). Não é suficiente só de deplorar que o caminho eleitoral não é uma declinação natural dos sistemas políticos africanos, e é extremamente cômodo de encontrar argumentos para mostrar que ela engendra mais problemas imediatos do que ela pode resolver. O debate sobre as chances de democratização dos sistemas políticos africanos sufocou-se desde o esgotamento das transições no início dos anos 1990. É a ocasião de “revisitar” alguns aspectos do problema, fundando a análise sobre a comparação “Norte-Sul”, ou “Sul-Sul” se integrando os trabalhos que vieram das transições democráticas na América Latina. Para dispor de uma série de observações suficientemente variadas e efetuadas no tempo, ele convém de se referir à história das experiências eleitorais nesses cinquenta últimos anos na África, não somente nas eleições nos últimos anos.

Os golpes do Estado que afetaram vários países – Níger, Costa do Marfim, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, ilustram o difícil enraizamento da democracia na África ocidental. Portanto, o continente não sofre de um déficit de cultura política. Os sobressaltos das evoluções em curso desde as conferências nacionais dos anos 80 encontram suas fontes na decomposição dos Estados, mesmos estrangulados pelos programas de ajustamentos estruturais e governados por elites carentes de imaginação reformadora.

Um fator consensual, que se impõe para além das correntes de afro-pessimismo ou afro-otimismo, é a necessidade de proceder a análises mais sistematizadas para apreender as complexidades dos desafios enfrentados diariamente pelos africanos. A tentação de recorrer a novas terminologias, muitas vezes de valor analítico duvidoso, para satisfazer a necessidade de apresentar conclusões definitivas e globais em relação às mudanças e viragens dos processos de transição em curso, enquanto exercício acadêmico, pode ser estimulante, mas em nada contribui para o fortalecimento da qualidade das análises. O desafio de adaptação aos contornos imprecisos dos processos em curso coloca-se também nesta área para que evitem os

caminhos revisitados e de ganhos limitados das dicotomias rígidas ou dos conceitos cuja longevidade e abrangência permitem, por um lado, a explicação tranquilizante dos processos e, por outro lado, vedam o acesso a uma compreensão mais profunda das mudanças em curso.

## Referências

BORGES, João Melo. A constituição do Estado Moderno na África: o problema das fronteiras. Lisboa: CEsA, 1995.

CHOLE, Eshetu e JIBRIN, Ibrahim; Processus de democratization en Afrique, Dakar, Codesria, 1995.

CONSTANTIN, F., et COULON, C., (sous la dir.), Religion et transition démocratique en Afrique, Paris, Karthaa, 1997.

CONAC, G. (dir). L'África en transition vers le pluralism politique. Economica, Paris, 1999.

DIALLO, Mamadou, Les Africains sauveront-ils l'África?, Paris, Karthala, 1996.

DIOUF, M. Libéralisations politiques ou transitions démocratiques: Perspectives africaines, Codesria, Dakar, vol. 3, 10:12-13, 1998.

GONÇALVES, António. Dinâmicas do Desenvolvimento e Desafios Actuais. Africana Studia, n. 1, 1999.

GONIDEC, P. F. Sobre a La crise Africaine: une crise de l'État. Afrique 2000, Février 1995.

M'BOKOLO, Elikia. África negra. História e civilizações – Tomo I (até o século XVIII). Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

\_\_\_\_\_, L'África au XXè siècle: le continent convoité, éditions du Seuil, 1995.

NKRUMAH, Kwame, L'África doit s'unir. Paris: Ed. Présence Africaine, 1994.

OLINTO, Antonio. Brasileiros na África. 2ed. São Paulo: G. R. Dorea, ensaio sócio-político 1980 [1964].

RICHARD, Joseph. Democratization in Africa after 1989: Comparative and Theoretical Perspectives. Comparative Politics, vol. 29, n. 3, 1997.

TSHIYEMBE, Mwayila. Les principaux déterminants de la conflictualité africaine. In: La Prévention des Conflits en Afrique. Paris: Ed. Karthala, 2001.

\_\_\_\_\_, A difícil Gestação da União Africana. *Le Monde Diplomatique*, de 4 jul. 2002).

READER , John. África – Biografia de um Continente. São Paulo: Ed. Penguin, 1998.

ROSSEAU, Jean Jacques. *Du contrat social*. Editora: Martin Claret, 2000, SP.

WILLY Jackson. La marche contrariée vers l'Union économique. *Le Monde diplomatique*, mar. 1996.